

**49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CT-OS/CIF**

No dia 11 de dezembro de dois mil e vinte, às 13 horas e 20 minutos, por meio de videoconferência e transmissão via YouTube, pelo link <https://youtu.be/4TSXW1gCKac>, teve início a **49ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. O Sra. Nilceia Pizza, representante da SETADES e coordenadora suplente desta Câmara Técnica, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início a reunião com a participação dos membros da CT-OS, Fundação Renova e convidados.

**Dos participantes membros, registro:** Ane Kast Moreira (SETADES), Fabiane Macedo Borges (Ministério da Cidadania), Hugo Ricardo Lamas Diogo (Ramboll/MPF), Karina Denari (FGV/MPF), Maria Luiza Grillo (SEDH/ES), Nilcéia Maria Pizza (SETADES), Paulo Eugênio Clemente (Ministério da Cidadania), Renato Cardoso (MAPA), Sarah Gomes (Prefeitura de Mariana) e Viviane Gonçalves (Prefeitura de Barra Longa).

**Dos participantes convidados, registro:** Acácia Cruz, Aldair Venancio, Ana Caroline Jardim Ramos Dos Santos, Anajara Nascimento Pereira, Benilde Madeira (Comissão de atingidos de Aimorés), Claudia de Oliveira Fontes (Fundação Renova), Cristiano Andrade (SEDESE), Desirre Mourão (Fundação Renova), Domingos de Araújo Lima (Rosa Fortini), Eduardo Meireles, Élide Hulgado (Ramboll/MPF), Felipe Bruschi Giorni (Fundação Renova), Fernanda Meireles, Fernando Anelli (Comitê Pró-Rio Doce), Filipe Martins Pereira Falcão (Ramboll/MPF), Flávia Cunha (EY), Gabriel Silveira, Gabriele Silva (SEDESE), Giovana Campista, Gisele Coelho, Glaziane Aparecida Silva (Fundação Renova), Gustavo Soares Ribeiro (E&Y), Ihorana Aguilar Cuco (Ramboll/MPF), Isabel Gonçalves (AEDAS), Ivini dos Santos, Jaqueline Soares Domingues (Fundação Renova), Joana Tavares Nabuco (FGV/MPF), Joeci Benedita dos Santos Lopes Miranda (Comissão de atingidos de Aracruz), Julia Dinardi Alves Pinto (Ramboll/MPF), Juliana Cobuci (AEDAS), Juliana Narcisio de Oliveira (Fundação Renova), Juliana Narcisio de Oliveira, Kelly Badaró Cremasco (SEDH), Laurent Rivet Rassi (Fundação Renova), Ligia Maria Alves Pereira, Marcelo Sacco (EY), Marcos Vinicius Tabachi (Fundação Renova), Maria Albanita (Fundação Renova), Maria Dória (Fundação Renova), Maria Luciana Nazário (Fundação Renova), Mariana Franco (SEDESE), Mariangela De Lorenzo (Consultora Camaroeiros, Vitória/ES), Milton Jorge (Comissão de atingidos de Linhares), Miriam Santos (Flacso), Mirna Corrêa (MAPA), Nair Palhano (Ramboll/MPF), Oneida Maria de Castro, Patrícia Manthaya, Paula Vieira (Fundação Renova), Paulo César Fundão Vieira, Pedro Strozenberg (Fundação Renova), Priscila Ohira (Fundação Renova), Rayane Santos, Rômulo Lucas, Ronaldo Moyses Filho (Fundação Renova), Rosângela Pereira, Silvana Guimarães (Rosa Fortini), Simone dos Santos, Tayane Lino (Ramboll/MPF), Thais Temer, Thays Coutinho (EY), Verônica Jardim (Comissão de atingidos de Sooretama) e Willington da Costa (Comissão de atingidos de Sooretama).

**1. Informes Gerais**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>Apresentação dos presentes, leitura da pauta e aprovação da ata da 48ª:</b>	Houve rodada de apresentação dos presentes e votação para aprovação da ata da 48ª Reunião Ordinária. A ata foi colocada em votação, aprovada sem objeção dos membros e Fundação Renova, ela será publicada na página do CIF/Ibama. Posteriormente, houve apresentação e alinhamento da pauta da 49ª Reunião Ordinária, acrescentando ponto para discussão do PG-07, a pedido da representante do MAPA.
<b>Aprovação do calendário 2021:</b>	Houve apresentação da proposta de calendário de reuniões da CT-OS para 2021. Aprovado com a ressalva de que a coordenação deverá dialogar com a SECEX sobre o regimento que prevê reuniões a cada 30 dias, visto que a agenda da CT-OS será a cada 40 dias.  A representante do Ministério da Cidadania reforçou que as reuniões a cada 40 dias vêm com o intuito de acompanhar a agenda do CIF.

**2. Comunicados e manifestações dos GTS sobre os encaminhamentos da 47ª Reunião Ordinária:**

Pauta	Discussão
<p><b>2.1 - GT PIM/Cadastro (E47.11):</b></p>	<p>A representante do MAPA solicitou que a coordenação enviasse ao CIF um comunicado com informações sobre a não realização do monitoramento devido ao Covid-19, de forma que não seja considerado um descumprimento de Deliberação. Sugeriu que as próximas tratativas do PG-07 sejam feitas diretamente pelos envolvidos (Governo de MG e ES e Fundação Renova), visto que o e-mail recebido da Fundação Renova impôs várias condições. A representante da Governança da Fundação Renova esclareceu que a Fundação precisa seguir protocolos de segurança e que em nenhum momento foi colocado impedimento para o monitoramento, informado somente como seria o funcionamento dele diante da pandemia.</p> <p>A representante do FGV/MPF relatou que houve reunião de alinhamento sobre alguns encaminhamentos da 47ª e 48ª RO e solicitou detalhamento sobre o E47.11 a respeito da atualização das políticas indenizatórias para diferença das atividades socioeconômicas. Relatou ainda que a CT-OS se preocupa, visto que há políticas que não estavam discriminadas na tabela enviada e questionou se a Fundação Renova gostaria de discutir ou se a demanda deveria ser colocada como encaminhamento. A representante da Governança da Fundação Renova informou que não há o que acrescentar no momento e que a demanda poderia ser encaminhada.</p> <p>A representante do FGV/MPF recordou os documentos recebidos e discussões realizadas a respeito do dano água e solicitou detalhamento a respeito do número de atingidos que recebem danos morais dentro do universo de famílias que recebem o PIM e que essa informação fosse acrescentada no RMM como dado fixo. Houve esclarecimentos sobre a solicitação feita e a demanda foi encaminhada.</p> <p>A representante da SETADES informou que a CT-OS recebeu solicitação, via ofício dos atingidos de Barra Longa, de uma construção de uma matriz de danos do município. Disse que a demanda está sendo tratada e que há proposta de realização de Reunião Intercâmaras com a participação das CTS: PDCS, IPCT, Saúde com a participação das ATIs Fortini, AEDAS e que será convidada a ASPERQD. A representante da Ramboll/MPF informou que está sendo iniciado uma avaliação da construção da matriz de danos, analisando não a matriz em si, mas o processo participativo de construção. Esclareceu que será feita uma NT que valide esse procedimento de construção da matriz, o qual deveria ser utilizado em toda a bacia.</p> <p>A representante da Ramboll/MPF solicitou inclusão do dado de dependentes em relação à família dos cadastrados individuais no Anexo 4 do RMM em relação aos dados da Fase 2. Houve debate sobre status de cadastramento de atingidos na Fase 2 e o status de atendimento no sistema que atende as determinações da 12ª vara e sobre como está sendo feita a integração das bases de dados da Fase 2 e do sistema que atende as determinações, a demanda também foi encaminhada.</p> <p>Após questionamentos sobre os encontros para discussão do banco de dados, o representante da área de Cadastro da Fundação Renova disse que sobre o E48.4 ocorreram reuniões internas com os representantes da área de TI, mas que houve fatores alheios que impediram a finalização da agenda de reuniões devido o atendimento aos processos judiciais que demandam urgência. Destacou o limite de atuação e que a retomada das tratativas tem previsão de acontecer a partir de fevereiro de 2021. A representante do FGV/MPF solicitou por escrito a resposta ao encaminhamento 48-07 relacionada a uma proposta de agenda e disponibilidade para discussão técnica a respeito da integração dos sistemas com equipe de TI para 2021.</p> <p>A respeito do encaminhamento sobre acesso da Assessorias ao SGS, a representante do PIM da Fundação Renova afirmou que o TTAC, o TAC-Gov e a legislação não pressupõe o acesso da assessoria aos dados dos atingidos e que o papel da assessoria não é de representação e sim de suporte aos atingidos de forma coletiva e que por isso, seria necessária autorização dos</p>

atingidos para acesso dos assessores aos dados. Considerou que devido a Lei de Proteção de Dados, a Fundação Renova não pode permitir acesso ao SGS dessa forma e informou que esse posicionamento será enviado por ofício. A demanda foi encaminhada.

Sobre os encaminhamentos E48.2 e E48.3, a representante da SETADES informou que a resposta da Fundação Renova foi recebida pela CT-OS somente hoje, mas que não houve tempo hábil para análise.

O representante da Comissão de atingidos de Patrimônio da Lagoa considerou que mais uma vez as discussões sobre a sua região estão sendo deixadas de lado, sem nenhuma resposta sobre o corte do auxílio financeiro. Considerou ainda que Sooretama precisa ser incluída nas indenizações visto que a região é composta somente por pescadores. Foram feitos vários relatos de situações que vem acontecendo no território a respeito do corte do AFE.

A representante da SETADES proferiu leitura do posicionamento do Sr. Rafael Portella, o representante da DPU do Espírito Santo, a respeito do acordo da Fundação Renova com a comunidade de Patrimônio da Lagoa. A representante do PIM da Fundação Renova proferiu leitura do ofício enviado a CT-OS com informações sobre o acordo com a comunidade de Patrimônio da Lagoa.

O representante da Comissão de atingidos de Patrimônio da Lagoa considerou que a pandemia potencializou as dificuldades do território e relatou que com a assinatura das listas de presença solicitadas pela Fundação Renova durante as reuniões de acordo, os atingidos ficaram à mercê das decisões tomadas pela própria Fundação Renova e afirmou que todo o processo de assinatura foi feito “as escuras”. Outro representante da Comissão de atingidos de Patrimônio da Lagoa considerou que é necessário apresentação de laudo técnico para corte do auxílio e afirmou que na reunião de acordo feita na associação, a Fundação Renova apresentou proposta e que nesse momento, os atingidos não tinham a opção de não o aceitar. Afirmou que a cada fechamento do reservatório, a comunidade de Patrimônio da Lagoa sofre consequências com alteração do nível d’água, diminuindo a quantidade de peixes.

A representante do PIM da Fundação Renova solicitou que os atingidos não confundam as questões relacionados a pescadores com questões de moradia de Patrimônio da Lagoa. Relembrou que a Fundação Renova prestou todos os esclarecimentos e que todo o processo foi feito junto com os pescadores durante o ano 2019. Reforçou que a Fundação Renova não participou do momento em que os atingidos aceitaram o acordo e que o aceite do acordo foi facultativo e que todos os aceites foram feitos no momento em que os atingidos estavam amparado de advogados. Afirmou ainda que todo o acordo tem condições muito claras e que todas as dúvidas foram sanadas durante todo o processo.

Após questionamentos sobre a retomada e acesso aos demais programas, a representante do PIM da Fundação Renova informou que não seria possível responder por completo visto que a questão abrange outros programas mas, considerou que de modo geral, os acordos com o PIM nunca foram impeditivos para acesso a nenhum programa da Fundação Renova e sugeriu que esse questionamento seja endereçado aos programas específicos.

Sobre o acordo em questão, informou que ele não era apenas para quem recebe AFE e que, inclusive, ele previa pagamento de AFE para quem ainda não recebia. Considerou que a decisão para o cancelamento do AFE não foi unilateral, que foi uma conciliação e que o termo de acordo foi customizado para que ficasse extramamente claro. Relatou que o acordo original previa a cessação do AFE em julho para os atingidos de embarcação a remo e outubro para embarcação motorizada e que devido a pandemia, a Fundação Renova foi além do pactuado.

A representante do Programa de Proteção Social da Fundação Renova informou que existem documento que possibilitam o acompanhamento das questões relacionadas ao barramento e que as discussões sobre moradia estão judicializadas na 12ª vara e que o processo para

	<p>atendimento da decisão judicial sobre as família em moradia está sendo pensado. O representante da Comissão de atingidos de Patrimônio da Lagoa afirmou que os valores pagos são completamente diferentes do que foi acordado e que o auxílios tem sido cortados para todos, até para os que não fizeram acordo.</p> <p>A representante da AEDAS considerou que é necessário analisar a situação e verificar se houve realmente ampla participação e consentimento durante o processo, sugeriu que a CT-OS se manifeste por escrito sobre a situação a partir da análise de diversos pontos apresentados pelos atingido e ponderou que há uma confusão nas instancias de reparação integral. Reforçou que há uma necessidade de acompanhamento desse processo do acordo, abrindo outros espaços de escuta e discussão, visto que esse caso pode refletir situações de vulnerabilidade e violência com os atingidos. Posteriormente, os atingidos da região de Patrimônio da Lagoa reforçaram as situações vividas no território.</p> <p>A representante da Ramboll/MPF considerou que se for pensar em reparação integral há muitas questões que precisam ser melhor discutidas e que nesse sentido, é complicado afirmar que moradias não possui ligação com indenização. Considerou ainda que essa situação merece um estudo de caso, analisando toda a documentação existente e dialogando com os atingidos envolvidos para tomar uma posição.</p> <p>A representante do PIM da Fundação Renova esclareceu que nenhum momento quis dizer que as moradias não estão ligadas a indenização e que as moradias não possuem ligação com indenização do pescadores, que é o assunto que está sendo tratado nessa reunião. Refutou a informação de que os valores pagos são completamente diferentes do que foi acordado e afirmou que a CT-OS foi comunicada desse acordo há quase 10 meses. Esclareceu que os acordos foram bem explicados aos atingidos, os quais estavam representados pelos advogados. Considerou que ficará muito complicado se todo acordo for questionado após ser celebrado, sendo que ele foi acompanhado pela CT-OS e pela Defensoria Pública e que há limites jurídicos que estão em contrato assinado. Houve novo relato dos atingidos sobre as situações ocorridas no território e a solicitação de revisão do acordo, visto que as assinaturas foram feitas “as escuras” pela Fundação Renova. Solicitaram que se caso a Fundação Renova opte pelo não retorno do AFE, que ela crie condições de retorno da pesca na região.</p>
<p><b>Encaminhamento 49.1:</b></p>	<p><b>O GT do PG-07 articulará com a Fundação Renova uma forma de monitoramento alternativo no período de pandemia e a FR enviará um ofício ao CIF informando as razões de não ter havido monitoramento do PG-07 no último semestre, em função da Pandemia, e indicando os novos procedimentos do monitoramento. Resp.: CTOS e FR. Prazo: 50ª RO da CT-OS.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 49.2:</b></p>	<p><b>A Fundação Renova deverá enviar a atualização do encaminhamento E47.11 - inclusão das seguintes políticas indenizatórias que não foram colocadas na tabela de andamento e que a CT-OS tem dedicado atenção por encaminhamentos anteriores: 1. Carroceiros, 2. Areeiros, 3. Ilheiros, 4. Comerciantes, 5. Artesãos, 6. Pescadores de Subsistência, 7. Lavadeiras, 8. Produtores rurais com piquetes. Prazo: 50ª RO da CT-OS.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 49.3:</b></p>	<p><b>A Fundação Renova fará inclusão do detalhamento a respeito do número de atingidos que recebem danos morais dentro do universo de famílias que recebem o PIM – percentual dos acordos firmados que recebem dano moral - Prazo: próximo RMM.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 49.4:</b></p>	<p><b>A Fundação Renova avaliará internamente a possibilidade de extrair o dado da discriminação na Tabela 5 do RMM dos valores pagos a título de dano moral e material nos valores totais informados – retorno por e-mail ou na próxima CTOS.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 49.5:</b></p>	<p><b>A Fundação Renova enviará esclarecimentos a inclusão do dado de dependentes em relação à família dos cadastrados individuais (seja pelo SGC, ou outra forma) no Anexo 4 do RMM, em relação aos dados da Fase 2 - Prazo: para próximo RMM.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 49.6:</b></p>	<p><b>A Fundação Renova deverá remeter ofício esclarecendo: 1. sobre o status de cadastramento de atingidos na Fase 2 e o status de atendimento no sistema que atende as determinações</b></p>

	<p>da 12a VF, 2. como está sendo feita a integração das bases de dados da Fase 2 e do sistema que atende as determinações da 12a VF no Eixo 7 “novel sistema indenizatório”. 3.</p> <p>A Fundação Renova deverá trazer por escrito a resposta ao encaminhamento e48-07 relacionada a uma proposta de agenda e disponibilidade para discussão técnica a respeito da integração dos sistemas com equipe de ti para 2021. Prazo: retorno por e-mail antes ou até 5 dias úteis antes da 50ª CT-OS.</p>
<b>Encaminhamento 49.7:</b>	A Fundação Renova deverá enviar ofício à CT-OS, AEDAS, Comissão de atingidos de Barra Longa e Rosa Fortini justificando oficialmente o impedimento de acesso das AT à base de dados do SGS, de acordo com o E38.4. Dar devolutiva ao Centro Rosa Fortini do Ofício 056/2020 encaminhado à Fundação Renova. Prazo: 10 dias.
<b>Encaminhamento 49.8:</b>	A CT-OS analisará os documentos dos encaminhamentos E48.2 e E48.3, referente a pauta da Comunidade de Patrimônio da Lagoa, e dará uma devolutiva para a Fundação Renova a respeito.
<b>2.2 - GT PPS/AFE (E47.13 E47.16)</b>	<p>Sobre os encaminhamentos E47.5 a representante da SETADES informou que não houve tempo hábil para análise. Sobre os encaminhamentos E47.16, o representante do Cadastro informou que as respostas foram enviadas no dia 13 de outubro e a CT-OS ficou de acompanhar.</p> <p>A representante da SETADES relatou que a NT-46 em relação a Proteção Social foi enviada ao CIF que analisou e emitiu deliberação solicitando novo fluxo e informou que será feito um ofício com as informações deste fluxo, o qual será enviado para apreciação da Fundação Renova. Explicou que após receber o ofício, a Fundação Renova precisará se manifestar oficialmente ao CIF, para posterior análise da CT-OS e discussão técnica. A representante do Programa de Proteção Social da Fundação Renova considerou importante discutir o assunto para alinhar o que for de consenso e aprovar o escopo, mesmo que seja parcialmente, até que todos os pontos sejam tratados e haja aprovação por completo. A CT-OS se colocou à disposição para discussão.</p>
<b>Encaminhamento 49.9:</b>	A CT-OS deverá enviar ofício à Fundação Renova com a NT-46/2020 para que a FR se manifeste em 30 dias, a contar do recebimento.
<b>Encaminhamento 49.10:</b>	A CT-OS deverá analisar a devolutiva da FR a respeito do ofício/NT-46 e marcar uma reunião com a equipe técnica do PPS.

**3. Fundação Renova: Nova estratégia – Proposta alternativa aos planos municipais de reparação do PPS para atender as famílias vulneráveis atingidas.**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>Manifestações da CT-OS:</b>	<p>A representante do Programa de Proteção Social da Fundação Renova apresentou proposta alternativa aos planos municipais de reparação do PPS para atender as famílias vulneráveis atingidas, a apresentação e áudio estão disponíveis para eventuais consultas. Outra representante do Programa de Proteção Social reforçou que a estratégia de reparação pensada a partir das oficinas realizadas em 2017 foi o trabalho com o PAIF, que é o programa que adentra aos núcleos familiares para entender os impactos e as vulnerabilidades que se instalaram ou agravaram. Informou que a partir do momento em que os municípios não aderiram a essa estratégia do PAIF, foi pensada uma nova estratégia em uma lógica de trabalho com a rede assistencial desses municípios, onde poderia ser repassado o recurso para que fosse ofertado todo o trabalho de oficinas e resgates de vínculos.</p> <p>Após questionamentos sobre os motivos para alguns municípios não terem aderido ao plano de reparação, a representante do Programa de Proteção Social informou que foram vários os motivos, os quais são colocados mensalmente no RMM e exemplificou casos que alegam a</p>

	<p>impossibilidade devido a Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>Após questionamentos sobre as equipes dedicadas, a representante do Programa de Proteção Social informou que não está sendo contratada equipe e que será feito um chamamento público, para as entidades da rede e ela submeterão suas propostas para análise e que se aprovadas, receberão recursos para sua mobilização. Outra representante do Programa de Proteção Social disse que o objetivo da seleção de entidades é fortalecer as redes que ofertam serviços para que seja possível realizar a reparação.</p> <p>Após questionamentos sobre a possibilidade de apresentar o termo de aceite e as justificativas de cada município para o não aceite do plano de reparação, a representante da Fundação Renova informou que é possível e que essas informações serão incluídas no próximo RMM. Após questionamentos sobre quais seriam os critérios para inscrição das empresas e como seriam avaliadas as propostas, a representante do Programa de Proteção Social informou que é necessário abrir um processo de concorrência de empresas que prestam esse tipo de serviço e detalhou os critérios de seleção, sendo: localidade, tipo de proponente, capacidade, adequação as temáticas e ao contexto/público beneficiado, viabilidade do projeto, potencial de impacto, sustentabilidade, análise orçamentária e documentação. A representante do Ministério da Cidadania solicitou detalhamento da proposta dos planos municipais alternativos de reparação via chamamento público de entidades. Houve esclarecimentos da Fundação Renova de como foi elaborado o plano de ação de reparação e tentativa de alinhamento de prazo.</p>
<b>Encaminhamento 49.11:</b>	<p><b>A Fundação Renova deverá encaminhar até a próxima semana documento detalhando a proposta dos planos municipais alternativos de reparação via chamamento público de entidades. A partir do recebimento, a CT-OS irá se posicionar sobre a data limite para análise e resposta à Fundação Renova.</b></p>

<p><b>4. Ernest Yang: Apresentação do relatório de monitoramento do PG-05 – Programa de Proteção Social</b></p>	
<p align="center"><b>Pauta</b></p>	<p align="center"><b>Discussão</b></p>
<p><b>Manifestações da CT-OS:</b></p>	<p>A representante da EY apresentou a análise dos resultados do 1º ciclo de auditoria do PPS, a apresentação consta em memória de áudio e PPT e está disponível para eventuais consultas. Posteriormente, o representante da EY detalhou os procedimentos de asseguaração realizada pela EY. Questionada sobre as recomendações à Fundação Renova, informou que foi recomendada a adoção de ações efetivas para corrigir os processos e controles, manter registros das ações realizadas e necessidade de atendimento às manifestações no SGS.</p> <p>A representante do Programa de Proteção Social da Fundação Renova disse que em relação as atas citadas, não foi possível ir aos escritórios do território para recolher as atas antigas. Informou que antigamente as respostas das audotiras estavam sendo respondidas com atrasos deixando um passivo, mas que já foi feito um plano de ação para respostas no prazo definido da auditoria.</p>

Às 18 horas e 05 minutos, dos dias 11 de dezembro de 2020, o Sra. Nilceia Pizza, coordenadora suplente da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CIF, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a large circular flourish at the end, positioned above a horizontal line.

Jadir de Assis

Coordenador Suplente

Câmara Técnica de Organização social e Auxílio emergencial - CTOS